



**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Considerando que:

No passado dia 2 de novembro de 2018 o CDS formulou um conjunto de perguntas ao Ministério do Planeamento e das Infraestruturas que, até à presente data, não obteve qualquer resposta. Relembramos que de acordo com artigo 229.º, n.º 3 do Regimento da Assembleia da República, o Governo tem 30 dias para dar uma resposta.

Desta forma, porque o Governo está a anunciar um acordo com a ANA-AEROPORTOS para desenvolver o novo aeroporto de Lisboa, e porque na Assembleia da República continuam a faltar informações sobre os pareceres técnicos que dão suporte à decisão, o CDS reitera a necessidade de obter respostas às questões abaixo suscitadas.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alíneas d) e e) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º, n.º 3 do Regimento da Assembleia da República, que fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

O(a)s Deputado(a)s do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Ministério do Planeamento e das Infraestruturas, por intermédio de Vossa Excelência, que nos termos e fundamentos que antecedem nos possam responder às seguintes perguntas:

**1 – Estão ultrapassadas todas as dificuldades, apontadas ao desenvolvimento desta infraestrutura, que vão para lá do impacto ambiental?**

**2 – É ou não verdade que o primeiro Estudo de Impacto Ambiental (EIA) foi classificado como desconforme?**

**3 – É ou não verdade que na eminência de uma classificação negativa o Governo, por intermédio do Ministério do Planeamento e Infraestruturas, solicitou à ANA Aeroportos**

que fosse encerrado o EIA?

**4 – Perante esta realidade quanto tempo de atraso sofreu o processo de construção do novo aeroporto de Lisboa?**

**5 – Quais os custos associados ao estudo encerrado e quais os custos associados ao novo pedido de EIA incluindo Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)?**

**6 – Se era necessário avaliar alternativas para cada solução infraestrutural encontrada (estradas, pontes, edificações, etc.), porque motivo o projeto não o previu? Por exemplo, porque não foi projetada mais que uma solução rodoviária?**

**7 – O Governo desconhecia que seria necessária uma forte e verdadeira avaliação ambiental e AAE?**

**8 – Decorre ou não da Lei que tem que existir uma AAE? Se o entendimento for que não, porquê?**

**9 – Qual o teor dos alertas feitos por Bruxelas e quais as medidas tomadas desde então para garantir que esta solução é possível?**

**10 – Segundo o Presidente da ANA Aeroportos existe já uma AAE, porque motivo nunca foi apresentada?**

Palácio de São Bento, 8 de janeiro de 2019

Deputado(a)s

ASSUNÇÃO CRISTAS(CDS-PP)

NUNO MAGALHÃES(CDS-PP)

HELDER AMARAL(CDS-PP)